

Comitê Científico Internacional da UNESCO para Redação da História Geral da África

HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA · VIII

África desde 1935

EDITOR ALI A. MAZRUI

EDITOR ASSISTENTE C. WONDJI



UNESCO Representação no BRASIL
Ministério da Educação do BRASIL
Universidade Federal de São Carlos

Comitê Científico Internacional da UNESCO para Redação da História Geral da África

HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA • VIII

África desde 1935

Coleção História Geral da África da UNESCO

- Volume I Metodologia e pré-história da África
(Editor J. Ki-Zerbo)
- Volume II África antiga
(Editor G. Mokhtar)
- Volume III África do século VII ao XI
(Editor M. El Fasi)
(Editor Assistente I. Hrbek)
- Volume IV África do século XII ao XVI
(Editor D. T. Niane)
- Volume V África do século XVI ao XVIII
(Editor B. A. Ogot)
- Volume VI África do século XIX à década de 1880
(Editor J. F. A. Ajayi)
- Volume VII África sob dominação colonial, 1880-1935
(Editor A. A. Boahen)
- Volume VIII África desde 1935
(Editor A. A. Mazrui)
(Editor Assistente C. Wondji)

Os autores são responsáveis pela escolha e apresentação dos fatos contidos neste livro, bem como pelas opiniões nele expressas, que não são necessariamente as da UNESCO, nem comprometem a Organização. As indicações de nomes e apresentação do material ao longo deste livro não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco da delimitação de suas fronteiras ou limites.

Comitê Científico Internacional da UNESCO para Redação da História Geral da África

HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA • VIII

África desde 1935

EDITOR ALI A. MAZRUI

EDITOR ASSISTENTE CHRISTOPHE WONDJI



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

Ministério
da Educação



Esta versão em português é fruto de uma parceria entre a Representação da UNESCO no Brasil, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação do Brasil (Secad/MEC) e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Título original: *General History of Africa, VIII: Africa since 1935*. Paris: UNESCO; Berkley, CA: University of California Press; London: Heinemann Educational Publishers Ltd., 1993. (Primeira edição publicada em inglês).

© UNESCO 2010

Coordenação geral da edição e atualização: Valter Roberto Silvério

Tradutores: Luís Hernan de Almeida Prado Mendoza

Revisão técnica: Kabengele Munanga

Preparação de texto: Eduardo Roque dos Reis Falcão

Projeto gráfico e diagramação: Marcia Marques / Casa de Ideias; Edson Fogaça e Paulo Selveira / UNESCO no Brasil

História geral da África, VIII: África desde 1935 / editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. – Brasília : UNESCO, 2010.
1272 p.

ISBN: 978-85-7652-130-3

1. História 2. História contemporânea 3. História africana 4. Culturas africanas 5. África
I. Mazrui, Ali A. II. Wondji, Christophe III. UNESCO IV. Brasil. Ministério da Educação
V. Universidade Federal de São Carlos

**Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)
Representação no Brasil**

SAUS, Quadra 5, Bloco H, Lote 6, Ed. CNPq/IBICT/UNESCO, 9º andar

70070-912 – Brasília – DF – Brasil

Tel.: (55 61) 2106-3500

Fax: (55 61) 3322-4261

Site: www.unesco.org/brasil

E-mail: grupoeditorial@unesco.org.br

Ministério da Educação (MEC)

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC)

Esplanada dos Ministérios, Bl. L, 2º andar

70047-900 – Brasília – DF – Brasil

Tel.: (55 61) 2022-9217

Fax: (55 61) 2022-9020

Site: <http://portal.mec.gov.br/index.html>

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Rodovia Washington Luis, Km 233 – SP 310

Bairro Monjolinho

13565-905 – São Carlos – SP – Brasil

Tel.: (55 16) 3351-8111 (PABX)

Fax: (55 16) 3361-2081

Site: <http://www2.ufscar.br/home/index.php>

Impresso no Brasil

SUMÁRIO

Apresentação	VII
Nota dos tradutores	IX
Cronologia	XI
Lista de Figuras	XIII
Prefácio	XIX
Apresentação do Projeto	XXV
Introdução	1
Capítulo 1 Introdução.....	1
SESSÃO I A África na década de conflitos mundiais 1935-1945	31
Capítulo 2 O chifre da África e a África setentrional.....	33
Capítulo 3 A África tropical e a África equatorial sob domínio francês, espanhol e português.....	67
Capítulo 4 A África sob domínio britânico e belga.....	89
SESSÃO II A luta pela soberania política, de 1945 às Independências	123
Capítulo 5 “Procurai primeiramente o reino político...”	125
Capítulo 6 A África setentrional e o chifre da África.....	151
Capítulo 7 A África ocidental.....	191
Capítulo 8 A África Equatorial do oeste	229
Capítulo 9 A África Oriental.....	261
Capítulo 10 A África Austral	295

SESSÃO III	O Subdesenvolvimento e a Luta pela Independência Econômica.....	335
Capítulo 11	As mudanças econômicas na África em seu contexto mundial (1935-1980).....	337
Capítulo 12	A agropecuária e o desenvolvimento rural	377
Capítulo 13	O desenvolvimento industrial e o crescimento urbano ...	429
Capítulo 14	Estratégias comparadas da descolonização econômica....	471
SESSÃO IV	Evolução sociopolítica após as independências.....	517
Capítulo 15	Construção da nação e evolução das estruturas políticas	519
Capítulo 16	Construção da nação e evolução dos valores políticos ...	565
SESSÃO V	Mudanças socioculturais após 1935	603
Capítulo 17	Religião e evolução social.....	605
Capítulo 18	Língua e evolução social	631
Capítulo 19	O desenvolvimento da literatura moderna	663
Capítulo 20	As artes e a sociedade após 1935	697
Capítulo 21	Tendências da filosofia e da ciência na África.....	761
Capítulo 22	Educação e mudança social.....	817
Sessão VI	O Pan-africanismo: libertação e integração a partir de 1935.....	847
Capítulo 23	A África e a diáspora negra	849
Capítulo 24	O Pan-africanismo e a Integração Regional	873
Capítulo 25	Pan-africanismo e libertação	897
Sessão VII	A África independente em meio aos assuntos mundiais ..	925
Capítulo 26	A África e os países capitalistas	927
Capítulo 27	A África e os países socialistas	965
Capítulo 28	A África e as regiões em vias de desenvolvimento.....	1003
Capítulo 29	A África e a Organização das Nações Unidas	1053
Capítulo 30	O horizonte 2000.....	1095
	Posfácio: cronologia da atualidade africana nos anos 1990	1133
	Cronologia dos fatos relevantes.....	1143
 Membros do Comitê Científico Internacional para a Redação de uma História Geral da África		
		1157
Dado biográficos dos autores do volume VIII		
		1159
Abreviações e listas de periódicos.....		
		1167
Referências bibliográficas		
		1169
Índice remissivo		
		1241

Pan-africanismo e libertação

Edem Kodjo e David Chanaiwa

Se, por sua vez, o pan-africanismo, como movimento de integração, obteve algum sucesso ao final dos anos 1950 e no início dos anos 1960, se conheceu êxitos mais variáveis e sofreu derrotas a partir de meados dos anos 1960, e se, finalmente, demonstra um forte impulso desde meados dos anos 1970, o pan-africanismo como movimento de libertação, quanto a ele, alcançou o seu apogeu nos primeiros dez anos posteriores à conquista da independência pela África. Porém não sobreviveu a este período e exauriu-se ao final dos anos 1960. Após a conquista da independência, o princípio unificador do pan-africanismo — a vontade de lutar contra as potências coloniais — enfraqueceu-se em alguns Estados africanos, em que pese a persistência, na África Austral, de um conflito cuja permanência poria em suspenso a completa libertação do continente.

O pan-africanismo nasceu no Novo Mundo, nos séculos XVIII e XIX, em favor da luta dos negros pela libertação, contra a dominação e a exploração dos brancos. Estes movimentos traduzem-se pelo separatismo religioso afro-americano (que se estenderá pouco após na África). No próprio continente africano, o pan-africanismo, como movimento de libertação remonta, como vimos no capítulo 23, à invasão da Etiópia pelos fascistas italianos, em 1935, assim como e, sobretudo, ao quinto Congresso Pan-africano reunido em Manchester, em outubro de 1945. Neste congresso, pela primeira vez, durante toda a história do movimento pan-africano, os representantes africanos eram os



FIGURA 25.1 Quinto Congresso Pan-Africano realizado em Manchester, Inglaterra, em outubro de 1945. Da direita para a esquerda, à mesa diretora: Peter Milliard, Sra. Amy Jacques Garvey, o prefeito de Manchester e I. T. A. Wallace-Johnson. (Foto: Hulton-Deutsch Collection, Londres.)

mais numerosos e os debates envolveram, essencialmente, a libertação da África colonizada. O congresso de Manchester foi organizado por um Secretariado Especial, presidido por Peter Milliard da Guiana britânica (atual Guiana), e incluindo R. T. Makonnen, das Antilhas (tesoureiro), Kwame Nkrumah, da Costa do Ouro (atual Gana) e George Padmore, de Trinidad e Tobago (cossetários), Peter Abrahams, da África do Sul (secretário encarregado das relações públicas) e Jomo Kenyatta, do Quênia (secretário adjunto). O congresso agregou mais de duzentos delegados vindos, em sua maioria, das colônias britânicas na África, entre os quais figuravam os futuros chefes de Estados independentes. Um veterano do pan-africanismo, W. E. B. Du Bois, presidiu todas as sessões do congresso.

As deliberações e principalmente as resoluções do congresso de Manchester estavam marcadas por um tom mais pugnaz e radical, comparativamente aos congressos precedentes. As declarações dirigidas às potências coloniais exigiam, especialmente:

1. A emancipação e a total independência dos africanos e dos outros grupos raciais submetidos à dominação das potências europeias, as quais pretendiam exercer, sobre eles, um poder soberano ou um direito de tutela;
2. A revogação imediata de todas as leis raciais e outras leis discriminatórias;
3. A liberdade de expressão, de associação e de reunião, bem como a liberdade de imprensa;
4. A abolição do trabalho forçado e a igualdade de salários para um trabalho equivalente;
5. O direito ao voto e à elegibilidade para todo homem ou mulher com idade a partir de vinte um anos;
6. O acesso de todos os cidadãos à assistência médica, à seguridade social e à educação.

A reivindicação em prol da integração econômica foi examinada no capítulo 14. Os representantes exigiam igualmente que a África se livrasse da “dominação política e econômica dos imperialismos estrangeiros”. Evento da maior importância, pela primeira vez os africanos advertiam formalmente as potências europeias, para muito bem atentarem ao fato que eles também recorreriam à força para se libertarem, caso elas persistissem em querer governar a África pela força.

Simultaneamente, em uma declaração dirigida ao povo africano, os representantes enfatizaram o fato da luta pela independência política ser somente a primeira etapa e o meio para se atingir a completa emancipação nas esferas econômica, cultural e psicológica. Eles exortaram a população das cidades e dos campos africanos, os intelectuais e os profissionais liberais a se unirem, organizarem-se e lutarem até a absoluta independência.

Em suma, o quinto Congresso tornou o pan-africanismo uma ideologia de massas, elaborada pelos africanos e em seu próprio favor. Inicialmente ideologia reformista e protestante em favor das populações de origem africana, habitantes na América, o pan-africanismo tornara-se uma ideologia nacionalista orientada para a libertação do continente africano. O pan-africanismo mundial de Du Bois, o combate de Garvey pela autodeterminação e autonomia, o regresso à cultura africana preconizada por Césaire, pertenciam, doravante, inteiramente ao nacionalismo africano. Diversos delegados, como Nkrumah ou Kenyatta, saíram de Londres rumo à África, onde eles iriam conduzir o seu povo à independência.

Todos os movimentos nacionalistas inscreveram em seus estatutos disposições inspiradas pelo pan-africanismo.

O pan-africanismo e a libertação da África

Na história do pan-africanismo, como movimento de libertação, o período entre 1950-1965 foi dominado pela figura de Kwame Nkrumah. Através de suas declarações, da sua ação e do seu exemplo, Nkrumah mobilizou, em favor da causa pan-africana, os dirigentes africanos dos movimentos de libertação e dos Estados independentes. Segundo ele, como declarou na noite da conquista da soberania pelo seu país, a independência de Gana não tinha sentido senão na perspectiva de uma libertação completa do continente africano. Igualmente, organizou sem delongas vários congressos pan-africanos (reuniões examinadas no capítulo precedente). Estes encontros foram inaugurados, como vimos, pela primeira Conferência dos Estados Africanos Independentes, realizada em abril de 1958, na capital Accra, sede de Gana Independente. Participaram desta conferência o Egito, a Etiópia, Gana, Libéria, Marrocos, o Sudão e a Tunísia, assim como grande número de delegados que haviam assistido ao quinto Congresso Pan-africano. A ordem do dia e as resoluções da conferência de Accra abordaram, essencialmente, as relações entre os países africanos independentes, o apoio aos movimentos de libertação em toda a África, as relações entre a África independente e as Nações Unidas, e os meios possíveis para colocar a África ao abrigo das fissuras provocadas pela Guerra Fria, iniciada entre o Leste e o Oeste. Esta conferência identificou os principais temas que o pan-africanismo deveria desenvolver na era da independência; ela lançou, sem dúvida, as bases para a Organização da Unidade Africana (OUA), estabelecendo princípios, tais como, o primado da independência política, o apoio aos movimentos de libertação, a formação de uma frente única no seio da Organização das Nações Unidas e o não alinhamento.

A segunda Conferência dos Estados Africanos Independentes teve lugar em Monróvia, no mês de agosto de 1959. Ela adotou quatro resoluções: a primeira condenava os testes nucleares efetuados pela França no Saara; a segunda pedia uma trégua política entre os dois Camarões; a terceira solicitava a abertura de negociações de paz na Argélia; e a quarta proclamava o direito à autodeterminação dos territórios coloniais. A terceira Conferência realizou-se em Addis-Abeba, em 1960.

Durante este período, Nkrumah e os seus compatriotas, partidários do pan-africanismo, reuniram-se em conferências nas quais os dirigentes dos Estados independentes e dos movimentos de libertação puderam trocar ideias e discutir estratégias a serem adotadas e postas em prática, em prol da luta pela independência. A primeira Conferência dos Povos Africanos, sediada em Accra no mês de dezembro de 1958, reuniu duzentos e cinquenta delegados e muitos observadores. Ela tinha como temas o anticolonialismo, o anti-imperialismo, o antirracismo, a unidade africana e o não alinhamento. Os delegados discutiram especialmente as fronteiras coloniais, as organizações regionais, assim como o papel dos chefes tradicionais e dos chefes dos movimentos religiosos separatistas. Fato de maior relevância, homens políticos e sindicalistas africanos vindos de Estados ou de colônias de língua francesa, inglesa, árabe ou portuguesa puderam, nesta ocasião, fortalecer as relações ideológicas e pessoais, dentre as quais algumas, como aquela unindo Nkrumah e Patrice Lumumba, então delegado pelo Congo belga, revelar-se-iam duráveis. A segunda Conferência dos Povos Africanos, reunida em Túnis no ano 1960, congregou setenta e três delegações africanas e adotou uma série de resoluções relativas, em sua maioria, à descolonização. A terceira conferência ocorreu no Cairo, em 1961.

Existiam duas organizações pan-africanas regionais às quais se havia atribuído o objetivo de coordenar a luta pela libertação. O Pan-African Freedom Movement for Eastern, Central and Southern Africa, comumente chamado PAFMECSA, reagrupou, entre 1958 e 1963, a Etiópia, o Quênia, Uganda, a Somália, a Tanganyika, Zanzibar e os movimentos nacionalistas da África Central e Austral. A outra organização transterritorial, a Reunião Democrática Africana (RDA), foi criada nas antigas colônias francesas, por ocasião do Congresso de Bamako, em 1946, pelos dirigentes nacionalistas que desejavam ir além da limitadíssima autonomia prevista pela Constituição de 1946, autonomia esta, apenas ampliada pela lei de enquadramento de 1956. Em 1958, quando De Gaulle decidiu fazer aprovar, por referendo, o seu projeto de Comunidade Franco-Africana¹, o RDA ofereceu aos africanos uma tribuna pan-africana onde eles pudessem debater vantagens e inconvenientes deste projeto e fazer ouvir a sua opinião perante o governo francês. Por ocasião do referendo, somente a Guiné, representada por Sékou Touré, pronunciou-se contra o projeto de Comunidade e por uma total independência; após este voto, Sékou Touré juntou-se a Nkrumah na União dos Estados Africanos.

1 Para maiores detalhes, consultar J. de BENOIST, 1980.



FIGURA 25.2 Discurso de abertura da primeira Conferência dos Povos Africanos em Accra, Gana, em dezembro de 1958. (Foto: Newslink Africa, Londres.)

A OUA e a libertação da África

O nascimento de numerosos Estados africanos, entre 1960 e 1964, complicou a tarefa do pan-africanismo, como movimento de integração, contudo, incontestavelmente facilitou e acelerou o seu desenvolvimento na qualidade de movimento de libertação. Se por um lado, os novos dirigentes africanos estavam em desacordo em relação à natureza da integração política que devia ser realizada na África, era quase unânime o reconhecimento da urgente necessidade em libertar inteiramente o continente do colonialismo; os Grupos da Monróvia e da Casablanca continuaram fiéis ao seu compromisso histórico em favor do não alinhamento e da libertação completa das últimas colônias. Esta adesão geral em prol da libertação é realmente uma das razões, senão a principal delas, da unificação dos grupos que formaram a OUA logo após um memorável encontro em Addis-Abeba, em maio de 1963. Como a OUA teria ela sido criada e organizada, e qual papel teria ela desempenhado durante a evolução do pan-africanismo?

Os esforços, notadamente, de Kwame Nkrumah, de Sékou Touré e de Modibo Keita, aqueles do imperador da Etiópia, mas também a conquista da independência pela Argélia (1962), a qual reduziu sensivelmente a tensão entre os Grupos da Casablanca e da Monróvia, levaram os países membros destes dois grupos a decidirem formar, como vimos no capítulo anterior, uma organização única. Os seus ministros das relações exteriores encontraram-se entre 15 e 21 de maio de 1963, com o propósito de redigir um projeto de pauta para as discussões dos chefes de Estado.

A conferência dos chefes de Estado e do governo foi inaugurada no dia 23 de maio de 1963. Os seguintes trinta Estados estavam nela representados (as denominações são aquelas da época): Argélia, Burundi, Camarões, Congo-Brazzaville, Congo-Léopoldville, Costa do Marfim, Dahomey, Etiópia, Gabão, Gana, Guiné, Alto-Volta, Libéria, Líbia, Madagascar, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Uganda, República Árabe Unida, República Centro-Africana, Ruanda, Senegal, Serra Leoa, Somália, Sudão, Tanganyika, Tchade, Tunísia². Em 25 de maio, os chefes de Estado e de governo assinaram a Carta da Unidade Africana.

O preâmbulo da Carta enumera as considerações sobre as quais se fundava o seu projeto: o direito dos povos em disporem de si próprios (autodeterminação dos povos), o ideal da liberdade, da justiça e da igualdade, um desejo comum de união e de ajuda mútua, a preocupação em preservar a independência e a soberania dos Estados africanos, a fidelidade dos signatários à Carta das Nações Unidas e à Declaração Universal dos Direitos Humanos. O primeiro artigo cria a Organização da Unidade Africana; o artigo 2 definiu os objetivos; o artigo 3 declara os princípios a serem respeitados para atingir estes objetivos; os artigos 4, 5 e 6 dizem respeito à composição da Organização; do artigo 7 ao 13 descrevem as suas instituições; o artigo 27 contém indicações relativas à interpretação da Carta.

A Carta da Unidade africana também reflete outro aspecto do pan-africanismo ao definir uma ética política. Ela enuncia, de fato, princípios tais como: a igualdade de todos os Estados membros; o princípio da não ingerência nos assuntos internos dos Estados; o respeito à soberania dos Estados, à sua integridade territorial e ao seu direito inalienável a uma existência independente; o tratamento pacífico das contendas, através da negociação, da mediação, da conciliação ou da arbitragem; a condenação sem reservas do assassinato político

2 Em razão do assassinato do presidente Sylvanus Olympio, Togo não foi admitido na conferência. Por sua vez, o Marrocos recusou-se a participar. Estes dois Estados assinaram, todavia e posteriormente, a Carta da OUA.

e das atividades subversivas, mesmo se praticadas pelos Estados vizinhos ou por quaisquer outros Estados; um compromisso sem reservas em favor da libertação completa dos territórios africanos ainda dependentes; a asserção de uma política de não alinhamento perante todos os blocos.

Esta ética pan-africana propunha aos Estados membros um conjunto de princípios destinados a reforçar o seu desejo de unidade e de solidariedade. O pan-africanismo, inicialmente considerado como “um movimento de ideias e de emoções”, soube, portanto, modelar os sentimentos, a energia e as aspirações dos povos da África e expressou-os no conteúdo da Carta da Unidade Africana.

De 1963 a 1982, esta carta não sofreu senão leves modificações. Desta forma, o número de comissões especializadas fora reduzido de cinco para três, além de ter sido decidido que a Comissão de mediação, de conciliação e de arbitragem não contaria mais com membros permanentes. No quadro da própria reforma estrutural processada em 1979, suprimiu-se o epíteto “administrativo” do título Secretário-geral. No mesmo ano, em sua décima sexta sessão, a Conferência dos chefes de Estado e de Governo criou um comitê encarregado de revisar a Carta, em função da nova situação gerada pelas mudanças ocorridas na África. Com efeito, tornara-se necessário, após alguns anos, remodelar a Carta para que ela estivesse mais bem adaptada às lutas do século XXI e à prioridade acordada ao desenvolvimento sob todas as suas formas, especialmente culturais, desenvolvimento fundado no respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais dos povos.

A sede da Secretaria-geral é em Addis-Abeba, na Etiópia. O primeiro Secretário-geral, nomeado em 1963 a título provisório, foi o D^r Tesfaye Gebre Egzy. Em 1964, a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo elegeu o guineense Diallo Telli, para substituí-lo. Este último, reeleito em 1968, foi substituído no ano de 1972 pelo camaronês Nzo Ekangaki. Outro camaronês, William Eteki Mboumoua, foi eleito em 1974. Em 1978, o posto de Secretário-geral foi confiado ao togolês Edem Kodjo. Posteriormente, sucederam-se o nigeriano Peter Omu, em 1983, o nigeriano Ide Oumarou, em 1985, e o tanzaniano Salim Ahmed Salim, em 1989. O Secretário-geral é assistido pelos adjuntos, cujos número passou de quatro para cinco em 1979. Cada um destes adjuntos representa uma região do continente. Eles dirigem as seções técnicas da Organização e formam, juntamente com o Secretário-geral, o gabinete político. O papel do Secretário-geral foi objeto de interpretações divergentes. Para alguns, ele não seria nada além de um funcionário ornamentado com um título de prestígio. Em contrapartida, outros quiseram atribuir-lhe uma função política e um papel de coordenador. Em julho de 1978, o presidente Omar Bongo, então

presidente em exercício da OUA, declarava à *Jeune Afrique* que as estruturas da OUA estavam amplamente obsoletas, precisamente porque elas limitavam a atividade do Secretário-geral a tarefas puramente administrativas.

Estatutos definem as funções do Secretário-geral, dos seus adjuntos e dos outros membros do quadro pessoal, assim como as modalidades do seu recrutamento. Na ocasião do décimo aniversário da OUA, o Conselho dos Ministros criou um comitê encarregado de revisar as estruturas da Organização e as regras que regem o seu funcionamento. As conclusões deste comitê foram adotadas pela cúpula de Cartum, em 1978, e, posterior e progressivamente, aplicadas em função dos recursos orçamentários.

O órgão supremo da OUA é a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo. Ela reunia-se em sessão ordinária uma vez ao ano e elegia a cada assembleia uma mesa dirigida por um presidente. Este tornou-se, ao longo dos anos, o presidente *de facto* da OUA³.

A outra assembleia da OUA, o Conselho dos Ministros, reunia-se em sessão ordinária duas vezes ao ano. Uma destas sessões ocorria no início do ano; ela era consagrada essencialmente às questões administrativas e financeiras. O Conselho prepara os encontros dos chefes de Estado e assegura a continuidade de suas decisões.

A OUA: a descolonização e a libertação

A ajuda planejada, oferecida pela OUA aos movimentos de libertação nacional dos povos colonizados da África, constituiu-se em uma das suas mais regulares e eficazes contribuições em benefício da causa pan-africanista. No transcorrer da conferência constituinte de Addis-Abeba, em maio de 1963, os Estados independentes adotaram uma vigorosa resolução relativa à descolonização, segundo a qual eles reconheciam unanimemente que “todos os Estados africanos independentes têm o dever de ajudar os povos dependentes da África que lutam pela liberdade e pela independência”. Eles admitiram, igualmente, o reconhecimento “da imperiosa e urgente necessidade de combinarem e intensificarem os seus esforços para acelerar a incondicional conquista da indepen-

3 A Carta não menciona este posto de presidente, ele foi criado progressivamente. Um chefe de Estado, o gabonês Omar Bongo, disse em respeito ao presidente em exercício que tudo se realizava à sua revelia, que ninguém o escutava ou lhe prestava satisfações.

dência nacional, de todos os territórios africanos ainda submetidos à dominação estrangeira⁴”.

Após ter ouvido os representantes dos movimentos de libertação nacional da África Oriental, Central e Austral, os chefes de Estado afirmaram, em relação às colônias de povoamento e das diferentes possíveis linhas de conduta:

1. que a preservação do regime colonial constituía uma flagrante violação dos direitos inalienáveis dos legítimos habitantes dos respectivos territórios e representava uma ameaça para a paz continental;
2. que a Grã-Bretanha deveria respeitar a resolução 1515 das Nações Unidas relativa à independência e não conceder a independência à minoria branca da Rodésia do Sul (atualmente Zimbábue);
3. caso a Grã-Bretanha concedesse a independência a esta minoria, os membros da OUA ofereceriam um efetivo apoio, de ordem moral e material, a todas as legítimas medidas que pudessem ser tomadas pelos dirigentes nacionalistas africanos e, eventualmente, por eles próprios, contra todo Estado que reconhecesse o governo desta minoria;
4. que a Namíbia era um território africano sob mandato das Nações Unidas cujos habitantes tinham direito à autodeterminação e à independência, consistindo a ocupação deste território, pelos sul-africanos, em um ato de agressão;
5. que os portugueses cometiam um genocídio na África e os aliados ocidentais de Portugal deveriam escolher entre a sua amizade pelo povo africano e o apoio que eles forneciam à opressão e à exploração coloniais.

Os chefes de Estado adotaram, igualmente, um programa de ação relativo à descolonização. Eles enviaram uma delegação (composta por ministros das relações estrangeiras da Libéria, da Tunísia, de Madagascar e de Serra Leoa) junto ao Conselho de Segurança das Nações Unidas que então examinava o relatório do Comitê Especial dos Vinte e Quatro, encarregado pelas Nações Unidas de investigar o genocídio cometido nas colônias portuguesas. Eles decidiram pela ruptura das relações, diplomáticas e consulares, entre o conjunto dos governos africanos e os governos de Portugal e da África do Sul; eles decidiram, igualmente, boicotar o comércio com estes dois países, proibindo a importação dos seus produtos, fechando os portos e os aeroportos africanos às suas embarcações

4 Primeiras resoluções da OUA, 1o ponto de pauta: a descolonização, versão definitiva, 25 de maio de 1963.

e aos seus aviões, e ainda interditando os seus aviões de sobrevoarem países africanos.

Entretanto e, sobretudo, os chefes de Estado reunidos em Addis-Abeba, criaram o Comitê Africano de Libertação. Formado pela Argélia, Egito, Etiópia, Guiné, Nigéria, Uganda, Senegal, Tanzânia e Zaire (atual R. D. do Congo), este comitê, cuja sede foi estabelecida em Dar es-Salaam, estava encarregado de coordenar a ajuda fornecida pelos Estados africanos e gerenciar o Fundo Especial. Este Fundo Especial deveria ser alimentado por contribuições voluntárias realizadas anualmente pelos membros da OUA, para ajudar material e financeiramente os movimentos de libertação nacional.

Os Estados-membros aceitaram acolher os militantes do movimento de libertação, financiar o treinamento militar, os estudos ou a formação profissional destes militantes, autorizar a passagem em seu território de voluntários e materiais destinados a ajudarem estes movimentos. Eles engajaram-se em trabalhar para a unificação dos movimentos de libertação a fim de aumentar a eficácia do seu combate. Além disso, eles proclamaram o dia 25 de maio como Jornada de Libertação da África, esta jornada seria a oportunidade de organizar manifestações populares e angariarem fundos suplementares à contribuição oferecida pelos Estados ao Fundo Especial.

No transcorrer da mesma conferência constitutiva de Addis-Abeba, os Estados-membros adotaram uma resolução especial referente ao *apartheid* e à discriminação racial na África do Sul. Eles decidiram não somente romper as suas relações diplomáticas e comerciais com estes países, assim como intensificarem o seu combate, pela independência da Namíbia, perante a Corte Internacional de Justiça; apoiar o Comitê Especial das Nações Unidas contra o *apartheid*; lutar pela aplicação de sanções econômicas contra a África do Sul e oferecer aos refugiados sul-africanos bolsas e possibilidades de estudos, além de empregos na função pública dos países africanos.

Eles condenaram, em suplemento, a discriminação racial sob todas as suas formas, fosse ela exercida na África ou em qualquer parte do mundo. Além de terem expressado a profunda inquietação que inspirava a todos os povos e governos africanos, causada pela discriminação racial praticada contra todas as populações de origem africana estabelecidas fora da África, especialmente nos Estados Unidos da América do Norte. Graças ao Comitê Africano de Libertação, a OUA alcançou consideráveis vitórias na questão da descolonização. A esmagadora maioria dos Estados independentes, efetivamente, absteve-se de qualquer relação diplomática e comercial com Portugal e a África do Sul. Se alguns Estados não tomaram parte ao boicote, não seria por falta de inte-

resse pela libertação e pela descolonização da África, mas, antes, em razão da dependência econômica e da fraqueza militar, resultantes dos seus laços históricos de caráter colonial com a África do Sul. Estes Estados foram obrigados a contentarem-se em apoiar secretamente os movimentos de libertação, embora se declarassem neutros. A sua atitude ambígua explica-se, portanto, pelas necessidades econômicas que os dirigentes dos movimentos de libertação, eles próprios, souberam compreender e avaliar.

No plano internacional, a OUA conseguiu provocar, em escala mundial, a condenação do colonialismo e do *apartheid*, obtendo por toda parte apoios de ordem moral e material, em favor dos movimentos de libertação. Ela convenceu as Nações Unidas acerca da legitimidade da luta pela libertação dos povos africanos. A Assembleia Geral, através da sua resolução 2555, exigiu de todas as instituições especializadas das Nações Unidas o aporte de ajuda material aos movimentos de libertação. Foi parcialmente graças à pressão da OUA, que as Nações Unidas, por um lado, recusaram-se a reconhecer a declaração unilateral de independência da Rodésia do Sul e o seu governo de minoria branca, dirigido por Ian Smith e, por outro lado, substituíram o Conselho para a Namíbia na administração colonial, ilegalmente constituída, neste país, pela África do Sul. A ONU, A UNESCO e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), criaram comitês *antiapartheid*. De 28 de janeiro a 4 de fevereiro de 1972, o Conselho de Segurança reuniu-se pela primeira vez na África, em Addis-Abeba, sede da OUA. O presidente em exercício da OUA viu-se em várias oportunidades encarregado pelos seus colegas de atrair a atenção da Assembleia Geral das Nações Unidas para a situação colonial. Desta forma, em 1969, o presidente camaronês Ahmadou Ahidjo apresentou à Assembleia Geral o manifesto relativo à África Austral, conhecido como Manifesto de Lusaka⁵.

Mas isto não era suficiente. A partir de 1970, a OUA dirigiu a sua atividade diplomática para os países da OTAN, para os países escandinavos, para a Suíça e para o Japão, com o objetivo de expor-lhes as inquietações da África, fazer chamado à sua solidariedade e mostrar-lhes o grau de ameaça que tal situação representava para a África e para a paz mundial. Entretanto, a OUA esforçou-se, sobretudo, para dissuadir os países de sustentarem e armarem por mais tempo os regimes coloniais. A obstinação do governo de Pretória, o crescente emprego da

5 Este manifesto foi redigido pelos participantes da quinta Conferência de Cúpula dos Estados da África Oriental e Central, realizada de 14 a 16 de abril, em Lusaka, na Zâmbia. Participavam deste encontro: Burundi, Etiópia, Uganda, Sudão, Tanzânia, Zâmbia, República Centro-Africana, Tchade, Congo Brazzaville, Quênia, Malawi, Ruanda e Somália.

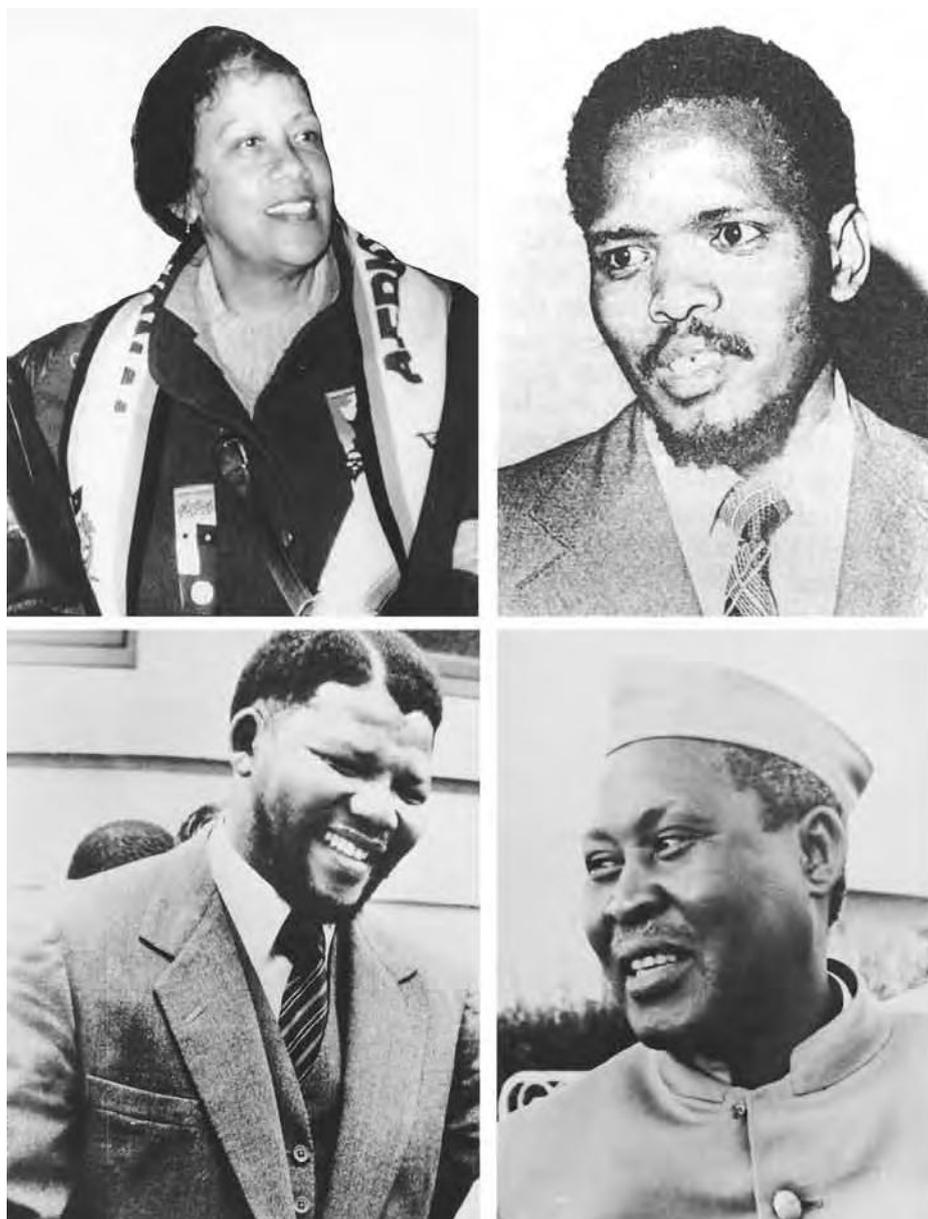


FIGURA 25.3 Na parte superior, à esquerda: Dulcie September, representante do Congresso Nacional Africano (CNA) na França, assassinada em Paris no mês de março de 1988. Na parte superior, à direita: sul-africano Steve Biko, dirigente do Black Consciousness Movement, assassinado em setembro 1977. Na parte inferior, à esquerda: Nelson Mandela, fotografado no início dos anos 1960, antes da sua condenação à prisão perpétua. Na parte inferior, à direita: o chefe sul-africano Albert Luthuli, primeiro presidente do CNA, 1952-1960. (Fotos: Keystone, Paris; IDAF, Londres; Hulton-Deutsch Collection, Londres.)

violência e da repressão, assim como a ocupação ilegal da Namíbia conduziram as Nações Unidas a organizarem, com a cooperação da OUA, uma conferência internacional sobre as sanções a serem tomadas contra a África do Sul. Esta conferência teve lugar em Paris, de 20 a 27 de maio de 1981. Em respeito às instâncias da OUA e ao movimento dos países não alinhados, os participantes solicitaram que o Conselho de Segurança se reunisse com rapidez para adotar, em escala mundial, sanções obrigatórias contra o governo racista da África do Sul e a sua política de *apartheid*. O Conselho de Segurança recusar-se-ia futuramente a pôr em vigor estas sanções; contudo, a OUA tirou proveito da oportunidade, a ela oferecida pela conferência de Paris, para reafirmar perante a comunidade internacional que, em virtude da resolução 2448 de 1967, as Nações Unidas eram diretamente responsáveis pela Namíbia e que a South West Africa People's Organization (SWAPO) era a única verdadeira representante do povo namíbio⁶.

A OUA finalmente exerceu uma influência considerável junto aos movimentos de libertação. O reconhecimento oficial de um movimento de libertação e dos seus dirigentes pela OUA, muito amiúde, determinou o seu reconhecimento internacional. Ela colaborou para o surgimento, na qualidade de movimentos legítimos e reconhecidos, da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), do Patriotic Front, no Zimbábue, da SWAPO namibiana, do Congresso Nacional Africano (CNA) e do Pan-African Congress (PAC), na África do Sul⁷. Foram justamente as pressões da OUA que conduziram a União Nacional Africana de Moçambique (MANU) e a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO) a formarem a FRELIMO; pressões idênticas conduziram a Zimbabwe African National Union (ZANU), de Robert Mugabe e a Zimbabwe African Peoples Union (ZAPU), de Joshua Nkomo, a formarem o Patriotic Front. A ausência de reconhecimento diplomático pela OUA conduziu, em contrário, a comunidade internacional a boicotar os bantustões sul-africanos, o governo Smith-Muzorewa, no Zimbábue e a Aliança de Turnhalle, na Namíbia. Dirigentes como Moïse Tschombé, no Zaire (atual RDC) e Jonas Savimbi, em

6 A conferência de Paris reunia 122 governos, 15 instituições especializadas e organizações intergovernamentais, 37 organizações internacionais não governamentais, 52 associações nacionais antiapartheid e grande número de personalidades políticas. Ela foi presidida por Salim Ahmed Salim, ministro das relações exteriores da Tanzânia. Ela adotou duas declarações, uma sobre as sanções a serem tomadas contra a África do Sul, outra tangente à Namíbia.

7 O capítulo 10 deste volume fornece precisões sobre as origens, a ideologia, as atividades e os dirigentes destes movimentos de libertação nacional da África Central e Austral.

Angola, condenados pela OUA, pela sua oposição ao pan-africanismo e cumplicidade com o Ocidente, foram banidos pelo mundo negro.

A criação da OUA e, especialmente, do seu Comitê Africano de Libertação, teve igualmente como efeito positivo aumentar a confiança em si, o otimismo, a determinação e a combatividade dos nacionalistas africanos. Graças ao apoio que a OUA lhes concedia no plano internacional, os dirigentes nacionalistas e os seus partidários estavam, em sua maioria, persuadidos que eles lograriam, cedo ou tarde, conduzir o seu país à independência. Esta convicção era frequentemente fortalecida pelos manifestos da OUA, o Manifesto de Lusaka (abril de 1969) ou o Plano de Ação de Arusha (fevereiro de 1981), por exemplo, concernentes à África Austral e à Namíbia, respectivamente. De 1963 a 1973, esta atividade não produziu resultados concretos. Estes anos foram sobretudo consagrados à organização do Comitê Africano de Libertação e dos movimentos de libertação nacional, à publicação de declarações de princípios e de manifestos, bem como ao treinamento militar. A luta armada, ela própria, não estava então senão em seus primórdios.

O período seguinte, de 1973 a 1980, foi especialmente frutuoso, em referência ao que testemunham os resultados obtidos nas colônias portuguesas (Guiné-Bissau, Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe), em Comores, nas Seychelles e no Zimbábue. A atividade do Comitê Africano de Libertação nestes países contribuiu fortemente para possibilitar aos nacionalistas conduzirem a guerra que permitiu libertar, progressivamente, grande parte das colônias portuguesas, bem como reorganizarem a administração pública e a economia. O capítulo 7 deste volume evidenciou o papel decisivo e a vitória em 1973, da campanha lançada pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e do Cabo-Verde (PAIGC), na Guiné-Bissau, com o objetivo de eliminar a dominação de Portugal sobre este país. A FRELIMO, em Moçambique, e a MPLA, em Angola, alcançaram o mesmo resultado em 1975. Os partidários do colonialismo tentaram oporem-se a estes sucessos empregando métodos bárbaros, tais como o assassinato dos dirigentes do PAIGC e do FRELIMO, Amílcar Cabral e Eduardo Mondlane. Além da luta armada, os nacionalistas encarregaram-se da organização dos territórios libertados e da formação dos seus habitantes no tocante às tarefas da vida civil. Assim sendo, na Guiné-Bissau, eles organizaram a eleição de Assembleias Populares, criaram escolas e hospitais, além de implantarem novas estruturas econômicas. Em 1980, as ilhas Comores, as Seychelles e o Zimbábue conquistavam, a seu turno, a independência. A África do Sul e a Namíbia, estas colônias de povoamento, constituiriam desde então o último

vestígio do colonialismo europeu na África, entretanto, a libertação da Namíbia não era mais que uma questão de tempo.

No além-fronteiras africano, a OUA conferiu particular atenção à situação do Oriente-Médio, mais especificamente à questão Palestina. Ela expressou a sua solidariedade com o Egito e os outros países árabes, cujos territórios estavam ocupados desde julho de 1967.

Esta solidariedade, a OUA manifestou-a, por um lado, ao solicitar aos seus membros o emprego de toda a sua influência para levar Israel a aplicar a resolução 242 do Conselho de Segurança e, por outra parte, confiando a chefes de Estado africanos certas missões específicas. Desta forma, em junho de 1971, durante a sua oitava sessão ordinária, a Conferência de Cúpula da OUA, solicitou ao seu presidente em exercício, através da resolução AHG/Res. 66 (VIII), a evocação perante as Nações Unidas da possível retomada das hostilidades e a expiração do cessar fogo, ao passo que uma comissão composta por dez chefes de Estado estaria encarregada de proceder consultas junto aos governos israelense e egípcio.

A OUA aferrou-se por outro lado a acertar as diferenças entre os seus membros. Em 1955, a Declaração de Bandung, à qual subscreveram os dirigentes nacionalistas africanos e os expoentes do pan-africanismo, pleiteava que todos os conflitos internacionais fossem mediados por meios pacíficos, em conformidade com a Carta das Nações Unidas. O princípio de uma solução pacífica das contendas encontra-se nas diversas declarações adotadas pela primeira Conferência dos Estados africanos independentes, em uma resolução da conferência de Monróvia, de maio de 1961, e na carta da OUA.

O artigo XIX desta carta, na realidade, estipula o seguinte:

“Os Estados-membros engajam-se a acertar as suas contendas por vias pacíficas. Com este propósito, eles criam uma Comissão de Mediação, Conciliação e Arbitragem, cuja composição e as condições de funcionamento estão definidas por um protocolo distinto, aprovado pela Conferência dos Chefes de Estado e do Governo. Este protocolo é considerado como parte integrante da presente carta”.

Grande número destes conflitos deve-se aos problemas colocados pelas fronteiras herdadas da época colonial. Justamente por razões desta ordem que a Argélia e o Marrocos entraram em conflito em 1962 e que, no transcorrer dos anos, outros conflitos opuseram o Gana e Tanzânia, o Gabão e a Guiné-Equatorial, Camarões e Nigéria, o Zaire (atual RDC) e Angola, Daomé (atual Benim) e o Niger, o Tchade e o Sudão, a Guiné e a Costa do Marfim. A contenda entre a Etiópia e a Somália em respeito ao Ogaden durou vários anos, do

mesmo modo que a disputa entre a Tchade e a Líbia em referência à faixa de Aouzou, e igualmente àquela opondo o Quênia e a Somália⁸.

Em 1979, coube à OUA ocupar-se de um assunto de natureza particular: as facções políticas e militares que se enfrentavam no Tchade haviam com efeito decidido trazer a sua disputa ao âmbito da organização, sob a pressão dos países vizinhos. A OUA confiou o assunto a um comitê de chefes de Estado que conseguiu persuadir onze facções tchadianas a formarem, em conjunto, um Governo de União Nacional de Transição (GUNT), sob a direção de Goukouni Oueddei. Esta aliança teve curta duração e, em 1981, com o recrudescimento da guerra civil, a OUA enviou à região uma força interafricana para a manutenção da paz. Esta intervenção foi diversamente comentada. Tratava-se da primeira deste gênero e, malgrado os seus defeitos, ela desempenhou um papel apreciável, ao permitir serem salvas numerosas vidas humanas.

As atividades da OUA na esfera política e em favor da libertação conduziram-na, finalmente, a ocupar-se dos direitos humanos e dos direitos dos povos a disporem de si mesmos, à autodeterminação. O seu interesse por essas questões derivava de razões fíncadas em longínquo passado. Assim sendo, para devolver a dignidade aos africanos, o pan-africanismo buscava tanto apagar as sequelas da escravatura, da qual os africanos da diáspora ainda sofriam, quanto por fim às mazelas do colonialismo na África.

Uma Conferência Africana sobre o Primado do Direito teve lugar em Lagos, no ano 1961, com vistas a examinar os diversos aspectos dos direitos humanos. O relatório das suas três comissões de trabalho afirmou a necessidade do recurso jurídico para responder às aspirações dos africanos e com vistas a defender os direitos políticos dos indivíduos. Segundo este relatório, seria necessário criar condições sociais, econômicas, educativas e culturais capazes de permitirem aos indivíduos recuperar a sua dignidade e realizarem as suas legítimas aspirações, requisitos válidos para todos os países, fossem eles independentes ou não.

Os participantes da conferência de Monróvia (agosto de 1959) adotaram uma resolução relativa à discriminação racial, a solicitar aos membros da comunidade internacional o combate ao racismo e à segregação, notadamente, através da sua associação às resoluções das Nações Unidas e às declarações e resoluções das conferências de Bandung e de Accra, em respeito a este assunto.

O nigeriano Nnamdi Azikiwe sublinhava em 1961, em seu livro *The Future of pan-africanism*, a necessidade de se elaborar uma convenção dos direitos do

8 Em 1963, a Somália expressou reservas no tocante ao princípio da inviolabilidade das fronteiras herdadas da época colonial.

homem aplicável ao quadro de uma organização pan-africana. Tal convenção não foi redigida senão onze anos após a criação da OUA, momento durante o qual esta última, apoiada por uma proposição do presidente Léopold Sédar Senghor, tomou a decisão 115 (CXVI), por ocasião da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, reunida em Monróvia, de 17 a 20 de julho de 1979. Esta decisão, “considerando que o desenvolvimento econômico e social seja um direito humano” e “levando em conta a resolução 24 (XXIV) da Comissão dos Direitos Humanos, relativa aos acertos regionais com vistas à promoção e à proteção dos direitos humanos”, reafirmava “a necessidade, para uma melhor cooperação internacional, do respeito aos direitos fundamentais do homem e dos povos e, mais especificamente, do direito ao desenvolvimento”, convidando “o Secretário-Geral da Organização da Unidade Africana: a chamar a atenção dos Estados-membros no tocante a algumas convenções internacionais cuja ratificação contribuiria para o fortalecimento da luta travada pela África contra alguns desastres, especialmente contra o *apartheid* e a discriminação racial, as trocas desiguais e o mercenarismo; bem como, a organizar em uma capital africana e no menor prazo possível, uma conferência restrita aos especialistas de alto nível, visando elaborar um ante-projeto de ‘Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos’ prevendo, especialmente, a instituição de órgãos de promoção e de proteção dos direitos do homem e dos povos”. De 28 de novembro a 8 de dezembro de 1979, juristas africanos reuniram-se em Dakar para redigirem a primeira versão de uma carta cujo objetivo seria refletir a concepção africana sobre os direitos humanos. Na realidade, teria sido um grande erro pretender edificar uma nova sociedade africana desinteressando-se pelo homem, motor primário e animador desta evolução. A África sempre contribuíra no seio da ONU e alhures, para a formulação dos direitos do homem; não era sem tempo que ela estabelecesse, no interior das suas próprias fronteiras, um arcabouço jurídico preciso e especialmente adaptado às necessidades essenciais dos povos habitantes deste território. A Conferência dos Ministros da Justiça, organizada na capital da Gâmbia, Banjul, nos meses de junho de 1980 e janeiro de 1981, examinou o anteprojeto de carta, redigido pelos juristas; posteriormente este anteprojeto foi adotado durante uma reunião dos chefes de Estado, na capital Nairóbi, em julho de 1981. O presidente da Gâmbia, sir Dawda K. Jawara, quem abrisse as duas sessões da Conferência dos Ministros da Justiça, não deixou de sublinhar a importância daquilo que estava em jogo durante estes trabalhos:

“Uma carta verdadeiramente africana deverá refletir aquelas dentre as nossas tradições que realmente merecem ser preservadas, assim como os nossos valores e as legítimas aspirações dos nossos povos, com o intuito de coroar a campanha

internacional mundialmente conduzida para aumentar o respeito aos direitos do homem. O indivíduo, tal qual o concebemos, não vive em um espaço vazio e não goza de liberdade ilimitada. Ele vive em uma sociedade, em relação contínua com os outros indivíduos. Portanto ele tem não somente direitos, mas, igualmente, obrigações, em respeito à sua família e à coletividade. Seria todavia temerário estender as obrigações dos indivíduos a ponto de negar o indivíduo, em prol do interesse do grupo”.

A Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos compreende um longo preâmbulo e 67 artigos, repartidos em três seções. A primeira seção aborda os direitos e os deveres dos indivíduos e dos povos; a segunda expõe medidas destinadas a defenderem estes direitos; a terceira contém disposições relativas a temas diversos.

Os Estados africanos haviam manifestadamente adotado esta carta, não somente em contribuição ao progresso e para a afirmação do “dever de ser livre” na África, assim como para disporem de uma arma suplementar contra o horrível monstro representado pelo *apartheid* e pelo colonialismo.

A ação da OUA em matéria de desenvolvimento sociocultural

A afirmação das identidades culturais constituiu uma importante dimensão da luta pela libertação nacional na África. A cultura é libertadora e favorece a emancipação dos povos colonizados; eis a razão pela qual a OUA deve levar em conta o fator cultural.

Em 1965, a OUA dotou o seu Secretário-Geral de um Departamento de Assuntos Científicos e Culturais. Ela organizou, em colaboração com a UNESCO, a Conferência Intergovernamental sobre as Políticas Culturais na África, reunida em Accra, de 27 de outubro a 6 de novembro de 1975. Em julho de 1976, durante a sua décima terceira sessão ordinária, a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo adotou a Carta Cultural da África, complementar à carta política de 1963.

O renascimento cultural da África expressou-se através da organização, em Argel, do primeiro Festival Pan-africano que, de 21 de julho a 1º de agosto de 1969, deu lugar a notáveis manifestações artísticas. O segundo festival ocorreu em Lagos e Kaduna, na Nigéria, de 15 de janeiro a 12 de fevereiro de 1977.

Uma série de encontros patrocinados pela OUA possibilitou melhor tratar a atividade cultural e permitir-lhe ocupar o seu posto no processo de desenvolvimento. Durante o Festival Pan-africano de Argel, os participantes de um

colóquio sobre “a cultura africana e o seu papel na luta de libertação, a consolidação da unidade africana e o desenvolvimento econômico e social da África” redigiram o Manifesto Cultural da África. O segundo festival, 1977, foi a ocasião para se abordar o tema “Civilização Negra e Educação”. Em janeiro de 1981, um colóquio sobre “A Ciência e a Cultura, bases do desenvolvimento da África” teve lugar em Libreville.

Diversos organismos de cooperação cultural surgiram ao longo dos anos, entre os quais, centros consagrados ao estudo linguístico e histórico das tradições orais ou, igualmente, um Fundo Cultural Interafricano, criado em 1980.

As relações que a OUA, também responsável pela educação, pela ciência e pela técnica, estabeleceu com a UNESCO e a ALECSO deram a estas atividades uma dimensão internacional. Ela organizou, com a colaboração da UNESCO, as Conferências dos Ministros da Educação, de 1964 e 1982. Ela organizou – juntamente com a CEA, com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, com a UNESCO e a Associação das Universidades Africanas – a primeira Conferência dos Reitores e Vice-Chanceleres das Universidades Africanas, reunida em Addis-Abeba, em 1982, para examinar o Plano de Ação de Lagos. A Comissão Científica Africana depende da OUA, a qual inclusive possui, em Lagos, um Secretariado-Executivo encarregado das questões científicas. Em 1982, a Organização tomou uma dupla iniciativa neste âmbito: ela criou as premiações do Renascimento Científico Africano e convocou um Congresso dos Cientistas Africanos, o primeiro deste gênero a realizar-se na África.

Em matéria social, muitas reuniões ocorreram com o concurso de organismos internacionais ou interafricanos com vistas a examinarem a situação dos jovens, das mulheres ou dos portadores de deficiência⁹. Ademais, o Secretariado-Geral da OUA patrocina, desde 1967, a Conferência dos Ministros Africanos do Trabalho: esta instituição permanente da OUA tem como função elaborar uma política comum em matéria de trabalho e facilitar a necessária cooperação entre os Estados-membros.

A ação da OUA conduziu, por outro lado, à criação, no ano 1972, da Organização Sindical Pan-africana, sediada em Accra.

9 A Organização Pan-africana das mulheres, o Movimento Pan-africano da Juventude e o Conselho Superior do Esporte na África trabalham em estreita colaboração com a OUA e possuem junto a ela o estatuto de observadores.

A cooperação Afro-árabe

Esta outra faceta da atividade da OUA merece ser apresentada à parte. As relações entre o mundo árabe e a África são evidentemente muito antigas. Estes contatos seculares desdobraram-se em uma cooperação cultural e econômica, em relação à qual é preciso admitir, entretanto, o seu estado de insuficiente desenvolvimento.

Pan-africanismo e pan-arabismo

O pan-africanismo e o pan-arabismo estiveram à origem de diferentes movimentos na África do Norte. O pan-arabismo voltava-se para o leste: em direção à península árabe e ao Crescente Fértil. O pan-africanismo, ao sul do Saara e contrariamente, mirava para o oeste, rumo aos negros das Américas. O pan-arabismo supunha uma solidariedade cultural, em parte, fundada sobre a afiliação *religiosa* (a herança islâmica). O pan-africanismo supunha uma solidariedade cultural parcialmente fundada sobre a origem *racial* (patrimônio cultural dos negros). O pan-arabismo insistia na ideia de uma “nação árabe” única. O pan-africanismo elaborava o conceito de uma “personalidade africana” unificada.

Os dois movimentos alimentavam sentimentos profundamente ambivalentes no tocante à Europa Ocidental. Eles demonstravam, a um só tempo, atração e repulsa pela cultura e pela civilização europeia. O pan-arabismo referia-se aos antigos impérios dos omíadas e dos abássidas, lembrando que os árabes haviam civilizado a Europa na Idade Média. O pan-africanismo referia-se aos antigos impérios do Mali, do Songhay e de Gana, e rememorava que o Egito civilizara a Grécia Antiga. A nostalgia do glorioso passado do Islam, inspirador de poetas e dramaturgos, renovou a literatura árabe. A nostalgia da sabedoria ancestral esteve à origem de movimentos literários africanos como aquele da negritude¹⁰.

Após a Segunda Guerra Mundial, pan-africanismo e pan-arabismo começaram a aproximar-se. Os primeiros sinais desta aproximação surgiram notadamente – talvez fosse inevitável – no Sudão, em Cartum. Numerosos sudaneses do norte estavam sensibilizados pela ambivalência da sua situação histórica. Seriam eles árabes ou africanos? Poetas e escritores tentaram apreender esta ambivalência. A. M. Fayturi alcança expressá-la quando descreve a África fazendo

10 UNESCO, 1984.

inconsciente, em sono letárgico. Mas, esta África adormecida que ele se esforça em reanimar, é uma África *interior*, aquela que habita a sua alma de poeta:

Afrique, ô Afrique,
 [África, oh África,]
Sors de ton sommeil obscur [...]
 [Saia do teu sono obscuro [...]]
La terre a maintes fois tourné sur son axe,
 [A terra muitas vezes girou sobre o seu eixo,]
Les planètes ardentes ont maintes fois roulé dans le ciel.
 [Os planetas ardentes muitas vezes rolaram no céu]
Le rebelle a reconstruit ce qu'il avait détruit,
 [O rebelde reconstruiu o que havia destruído]
Et l'adorateur profane ce qu'il adorait.
 [E o adorador profana o que adorava.]
Mais tu es restée ce que tu fus toujours,
 [Mas tu permaneceste o que sempre foras,]
Un crâne rejeté, un simple crâne¹¹.
 [Um crânio rejeitado, um simples crânio.]

O processo de aproximação do pan-africanismo e do pan-arabismo entrou em nova fase com a revolução egípcia de 1952. Que Muhammad Naguib, breve sucessor do rei Fārūq à frente do Estado egípcio, tenha sangue negro em suas veias, que Anwar al-Sādāt – este outro artífice da revolução egípcia de 1952, posterior dirigente do país durante mais de dez anos – tenha carregado em si deste mesmo sangue, através da sua mãe, sangue originário dos ancestrais negros, estes fatos apresentam-se neste contexto como secundários; o mais significativo é a mudança de orientação da política egípcia. Gamāl ‘Abd al-Nasser, sucessor de Naguib, considerava que o Egito estava no centro de três círculos concêntricos: o mundo árabe, o mundo muçulmano e a África. Ele lembrou aos seus compatriotas que eles não podiam permanecer indiferentes à “luta sangrenta” que prosseguia ao sul do Saara contra o imperialismo e o racismo. Talvez sonhando com a doutrina que, no século XIX, salientava a importância do Canal de Suez e do Nilo ou o papel do Egito na qualidade de região mãe da civilização, al-Nasser via em seu país a porta da África. Embora tenha exagerado no tocante ao papel central do Egito em respeito à história da África, o lançamento do seu livro

11 Segundo a tradução inglesa de M. ABDUL-HAI, 1976.

La philosophie de la révolution marca uma importante etapa na aproximação do pan-africanismo e do pan-arabismo¹².

Uma aliança esboçava-se entre os movimentos nacionalistas da África e aqueles do mundo árabe. O Cairo tornou-se por certo tempo a capital do nacionalismo africano e árabe, em sua forma mais radical. Vindos de toda a África e do Oriente-Médio, militantes e dissidentes encontravam-se no Cairo para tramarem e prepararem a revolução. A República Árabe Unida, dirigida por al-Nasser, financiava grande parte das suas atividades.

A Rádio Le Caire foi, no continente africano, o primeiro órgão internacional de difusão das ideias revolucionárias. Ela emitia em árabe, em inglês e em francês mas, igualmente em kiswahili, antes de ampliar as suas emissões em outras línguas mais. O Egito inclusive oferecia aos africanos, bem como aos árabes, bolsas de estudo permitindo-lhes estudar nos estabelecimentos de ensino egípcios. As autoridades coloniais que administravam os territórios africanos alarmaram-se com o papel crescentemente subversivo desempenhado pela República Árabe Unida de al-Nasser, relativamente ao conjunto da África subsaariana. A sua inquietação não serviu senão para reforçar o apoio do Egito aos movimentos nacionalistas.

A Crise de Suez, em 1956, e a nacionalização do canal pelo Egito, aumentaram ainda mais a reputação de radicalismo atribuída a al-Nasser. Esta nacionalização, vitoriosa, representou uma espécie de proclamação do direito dos africanos a disporem dos seus próprios recursos, malgrado a oposição dos países estrangeiros. A invasão do Egito pelas tropas britânicas, francesas e israelenses, primeiramente, conferiu a al-Nasser a estatura de mártir, quando da derrota militar, posteriormente, concedeu-lhe o estatuto de herói, quando os agressores foram obrigados, sob a pressão internacional, a retirarem-se de modo vergonhoso.

A etapa seguinte da reaproximação entre o pan-africanismo e o pan-arabismo coincide com as últimas fases da Guerra da Argélia. Esta guerra explodiu em 1954, entretanto, as suas repercussões pan-africanas não tomaram toda a sua amplitude senão após a conquista da independência de Gana, em 1957. A Guerra da Argélia contribuiu, antes, sobretudo para a divisão, muito mais que para a união do continente africano. Com efeito, numerosos países francófonos estavam divididos entre a sua rejeição ao colonialismo e a sua amizade pela França. Em razão de o governo francês ter pretendido, por longo período, que

12 G. A. al-NASSER, 1954; conferir igualmente K. OSIA, 1983.

a Argélia fosse uma extensão da França, a opinião pública conservadora, na África francófona, primeiramente tendeu a conferir-lhe o benefício da dúvida. O efeito desta situação foi a divisão dos países africanos em dois grupos: aquele de Casablanca, apoiador do governo argelino no exílio, e aquele de Monróvia, mais conservador.

Fato interessante, esta divisão não opunha claramente os árabes pró-argelinos e os negros pró-franceses. O Grupo de Casablanca (pró-argelino) beneficiava-se do apoio do maior expoente do pan-africanismo, Kwame Nkrumah, e nele agregavam-se, além de Gana, dois outros países não árabes, a Guiné e o Mali. Esta aliança marcou uma nova fase da histórica reaproximação entre o pan-africanismo e o pan-arabismo. Ao assinar a Declaração de Casablanca, Nkrumah associava-se, pela primeira vez, à denúncia de Israel pelos árabes, os quais acusavam este país de ser um “instrumento do neocolonialismo” e um representante do Ocidente.

A divisão entre os países africanos foi atenuada pela conquista da independência pela Argélia, em 1962, posteriormente, através da criação, em 1963, da OUA. A OUA é afro-árabe pela sua própria composição, inspirada em uma concepção que faz do Saara um lugar de passagem e não uma barreira. Ela representa, sob certos aspectos, a expressão do mais importante e ambicioso projeto de união afro-árabe jamais dantes concebido. A sua criação marcou a quarta etapa da reaproximação entre o pan-africanismo e o pan-arabismo.

A quinta etapa corresponde à guerra de junho de 1967, entre os árabes e Israel. A conquista do deserto do Sinaí por Israel foi considerada uma agressão contra um membro da OUA e, por conseguinte, como a ocupação de uma parte do território africano pelas forças israelenses. Pela sua extensão geográfica, o conflito árabo-israelense africanizou-se e, em razão desta agressão, os laços entre pan-africanismo e pan-arabismo reataram-se. A cooperação de Israel com o regime racista da África do Sul ofereceu novos motivos para a solidariedade afro-árabe. Quando sobreveio a guerra árabo-israelense de outubro de 1973, esta solidariedade estava suficientemente sólida a ponto de permitir que todos os países africanos rompessem as suas relações diplomáticas com Israel. A política africana estava, desde então, verdadeiramente ligada à situação política no Oriente-Médio.

A solidariedade afro-árabe basear-se-ia, igualmente, no ímpeto adquirido pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP)? A análise depara-se aqui com dados relativamente ambíguos. A ascensão da OPEP efetivamente conferiu à Nigéria uma importância decisiva no jogo das relações entre os árabes e a África negra. Durante cerca de oito anos, de meados da década de 1970

até meados dos anos 1980, em razão da sua política petrolífera mas, outrossim, como consequência da sua política no referente ao islam, a Nigéria constituiu um dos elos da cadeia de ligação entre o pan-arabismo e o pan-africanismo. O presidente Ibrahim Babangida inclusive correu o risco político, em 1986, ao fazer da Nigéria um membro integral da Organização da Conferência Islâmica (OCI), malgrado a indignação dos seus compatriotas cristãos.

Mas, se a política da OCI, à imagem daquela da OPEP, oferece muito amígdade a oportunidade de uma ampla reaproximação do pan-africanismo com o pan-arabismo, a religião e o petróleo, por sua vez, podem igualmente revelar-se fatores de divisão. Praticamente a metade dos membros da OCI (organização que reúne cerca de cinquenta países) também pertence à OUA. Estas três organizações – OCI, OUA e OPEP – contribuíram para reaproximar o pan-africanismo e o pan-arabismo. Contudo, a religião e os preços do petróleo têm frequentemente uma influência ambígua, no tocante às relações humanas e internacionais.

Os desdobramentos da cooperação afro-árabe

A afiliação dos países africanos e árabes ao Grupo dos Setenta e Sete e a sua participação nas negociações Norte-Sul constitui, por outro lado, a origem de uma aliança mais ampla com o restante do Terceiro-Mundo, aliança esta que tem recentemente adquirido uma nova dimensão. O Terceiro-Mundo tomou consciência da sua unidade e da sua coesão em Bandung, em 1955, e este sentimento foi sobremaneira reforçado por ocasião da conferência de cúpula dos países não alinhados, organizada em Argel, no ano de 1973. O parentesco, entre o racismo na África do Sul e o sionismo na Palestina e nos territórios ocupados, uniu as vítimas destas duas práticas, os africanos e os árabes.

A crise econômica e os seus efeitos sobre o desenvolvimento dos países do Terceiro-Mundo incitaram os governos destes países a adotarem uma posição comum e a protestarem em conjunto contra a deterioração da situação mundial e as políticas dos países industrializados. Esta postura mostrou-se tão mais necessária quando unicamente a alta dos preços do petróleo fez dos países árabes, exportadores desta matéria-prima, uma força considerável nos mercados financeiros e monetários internacionais. Esta nova situação ofereceu novas bases para a cooperação afro-árabe, conferindo-lhe renovados significado e finalidade. As relações entre a África e o mundo árabe adquiriram, paulatinamente, uma dimensão até então inédita.

O Conselho de Ministros da OUA, reunido em sessão extraordinária de 19 a 20 de novembro de 1973, criou um comitê composto por sete membros, encarregado por ele de estabelecer o contato com os Estados da Liga Árabe e de examinar os meios para a definição de uma política de cooperação entre os Estados Africanos e o mundo árabe.

Os chefes de Estado reunidos em Argel, de 26 a 28 de novembro de 1973, decidiram criar o Banco Árabe Para o Desenvolvimento Econômico da África (BADEA). Eles atribuíram a este organismo a missão de contribuir para o financiamento do desenvolvimento econômico dos Estados africanos; incentivar a participação dos capitais árabes no desenvolvimento da África; bem como, fornecer a assistência técnica necessária ao desenvolvimento africano.

Reunidos no Cairo, em 23 de janeiro de 1974, os ministros árabes do petróleo decidiram, em conformidade com as recomendações do Conselho Econômico da Liga Árabe, criar um Fundo Especial de Ajuda à África. Este fundo, dotado de um capital inicial de 200 milhões de dólares norte-americanos, deveria primeiramente conceder aos países africanos uma ajuda de urgência, em condições favoráveis.

Reunido em Túnis, entre 25 e 28 de março de 1974, O Conselho da Liga Árabe aprovou o princípio da criação de um Fundo Árabe de Assistência Técnica aos Estados Árabes e Africanos; e, no Cairo em 10 de julho, o Comitê Interministerial, africano e árabe, aprovou um projeto de declaração e de programa de ação relativo à cooperação afro-árabe. Este documento foi submetido aos ministros das relações exteriores, árabes e africanos, reunidos em Dakar, de 19 a 22 de abril de 1976, posteriormente em Lusaka, de 24 a 26 de janeiro de 1977, e no Cairo, de 3 a 6 de março de 1977. Um encontro de cúpula reuniu no Cairo, de 7 a 9 de março de 1977, sessenta Estados-membros da Liga Árabe ou da OUA. No bojo de uma declaração acerca da cooperação econômica e financeira árabo-africana, estes Estados decidiram adotar um amplo programa de cooperação econômica, técnica e financeira, no longo prazo e nas seguintes esferas: comércio; agricultura e pecuária; minas e indústria; energia e recursos hidráulicos; transportes, comunicações e telecomunicações; cooperação financeira; cultura, educação e ação social; ciência e tecnologia.

Para facilitar a coordenação das suas atividades e a aplicação dos termos da declaração, as duas organizações criaram um Comitê Ministerial Afro-Árabe Permanente, acordaram reciprocamente o estatuto de observador em suas respectivas reuniões, nomearam ambas representantes junto ao secretariado da

outra e, igualmente, convidaram os organismos, africanos e árabes, a trabalharem mediante estreita cooperação, em suas diferentes esferas.

Se tentarmos, neste momento, fazer um balanço destes primeiros anos de cooperação afro-árabe, constataremos certamente que ela pode apoiar-se em uma verdadeira vontade política e importantes recursos. Mas, o funcionamento das instituições encontrou-se muito prontamente paralisado pelos conflitos ocorridos no seio do mundo árabe e, os atrasos administrativos provocaram irritação em ambas as partes – a tal ponto que o presidente Seyni Kountché, do Níger, ao acolher os membros do Comitê Permanente Árabo-Africano de Cooperação, cuja terceira sessão ocorreu em Niamey, no mês de julho de 1978, recomendava-lhes: “evitar as continuadas tergiversações em meio às quais se compadeciam outros organismos de cooperação, mais preocupados em conservar o seu poder que em trabalharem para o verdadeiro progresso econômico e social de nossos países.”

As transferências de capitais árabes para os países africanos cresceram consideravelmente entre 1973 e 1980. Assim sendo, em 1974, a ajuda para o desenvolvimento, oficialmente fornecida ao Terceiro-Mundo pelos países da OPEP, elevou-se a 2,5 bilhões de dólares norte-americanos, o equivalente a 1,74 do seu PIB. O conjunto das transferências efetuadas pelos membros da OPEP para o Terceiro-Mundo alcançava 5 bilhões de dólares norte-americanos e 9 bilhões em 1975, o que representa um aumento de 66%. Mas, tudo isso ainda não era suficiente e ao presidente do BADEA se lhe era permitido escrever: “O fraco volume destas transferências para a África parece ainda mais inquietante se comparado às reais necessidades do continente em matéria de capital-desenvolvimento”. Duramente afetados no curso dos anos 1980, pela “crise” ligada à superprodução e à baixa nos preços do petróleo, os países árabes diminuíram a sua ajuda ao Terceiro-Mundo.

Entretanto, à imagem do espírito dos seus inspiradores, a cooperação afro-árabe não se reduz a transferências de fundos ou a investimentos privados. Ela deve traduzir em atos as aspirações comuns e a compreensão mútua dos povos e civilizações. Cabe, portanto, conciliar o Plano de Ação de Lagos, adotado pela OUA e a Estratégia de Amam, preconizada pela Liga Árabe, o que prepararia a aplicação de programas de desenvolvimento comuns. O projeto, concebido pela OUA e pela Liga Árabe com vistas à criação de um fundo cultural e de um instituto cultural afro-árabes, promete igualmente estimular os intercâmbios e o desenvolvimento culturais.

Conclusão

Esta análise mostrou que um dos temas fundamentais do pan-africanismo consistia na liberação dos negros, em geral, e dos africanos, em específico. Se, por sua vez, o capítulo deste volume que aborda a integração regional trata mais de divisões, conflitos de personalidades e fracassos, comparativamente ao que se poderia dizer sobre unidade e sucessos, o presente capítulo, em contrapartida, consagrado às relações do pan-africanismo com os movimentos de libertação, permite entrever grande unidade de propósitos e de ação junto aos povos de ascendência africana, mundo afora e, particularmente, na OUA. Malgrado as contendas que opuseram, inicialmente, os movimentos de libertação, em que pesem os conflitos de interesse entre as economias nacionais, apesar da vulnerabilidade de alguns Estados independentes e do relevante apoio econômico, militar e diplomático concedido aos regimes coloniais, pelas potências ocidentais, contudo, a OUA e os movimentos de libertação lograram conduzir um combate comum, sob a insígnia do pan-africanismo, alcançando o triunfo sobre o colonialismo e o imperialismo europeus. De um modo ou de outro, todos os Estados independentes da África assumiram a sua responsabilidade no combate, a despeito da aparente diferença entre os seus interesses nacionais. O anticolonialismo, o antirracismo e o não alinhamento foram os mais sólidos fundamentos em prol da unidade pan-africana, entre os Estados independentes e entre os movimentos de libertação. A ideologia pan-africana e a solidariedade com todos os movimentos de libertação africanos alcançaram eco entre as massas, preparando os africanos a aceitarem os custos econômicos e os sacrifícios humanos necessários à libertação dos seus irmãos.

Como consequência das mutações econômicas, notadamente da deterioração da situação econômica na África, as fronteiras do pan-africanismo ampliaram-se e englobam, desde logo, o Oriente-Médio e o conjunto terceiro-mundista. O futuro verá, sem dúvida, como no caso da Namíbia, o feliz desenrolar da luta travada na África do Sul, a chegada da África a uma independência econômica mais autêntica, bem como a realização deste sonho por tanto tempo cultivado pelo pan-africanismo radical, todavia e até o presente inatingível: um governo africano em escala continental.